ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

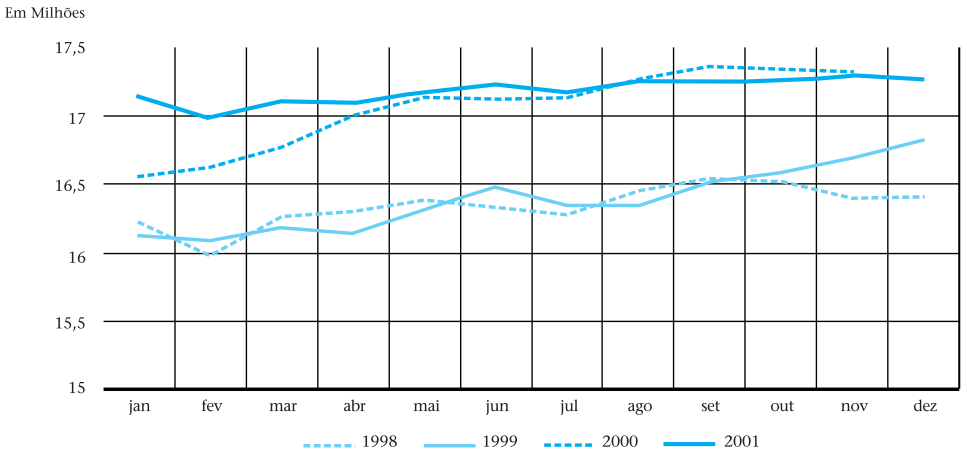
Mercado de trabalho

Depois de mostrar um elevado dinamismo em 2000, com o nível médio anual da ocupação crescendo 4,2%, recorde na década, a evolução do mercado de trabalho metropolitano sofreu uma acentuada desaceleração em 2001, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Nesse sentido, o resultado alcançado, em termos da média anual (variação de 0,6% sobre o observado no ano anterior), apesar de ainda ser positivo, não espelha adequadamente o que ocorreu ao longo do ano, haja vista que se chegou a dezembro de 2001 com o nível de ocupação 0,3% inferior ao de 12 meses antes. Assim, quando se parte para uma análise mais detida, percebe-se que aquele resultado positivo resultou de uma variação de +1,5%, verificada no primeiro semestre, e de um decréscimo da ordem de –0,2% no segundo semestre, quando comparados com os mesmos períodos de 2000.

Em outras palavras, ao se levar em conta o panorama do segundo semestre, a deterioração ocorrida é muito mais preocupante do que o resultado médio anual pode sugerir. De fato, tendo iniciado o ano alimentando expectativas bastante otimistas quanto à possibilidade de se ter novamente um bom resultado na geração de oportunidades de ocupação, o mercado de trabalho deu mostras — já em abril — de que não iria atravessar incólume a mudança da conjuntura macroeconômica, a qual passou a se caracterizar pela existência de instabilidade externa e crise energética: enquanto os dados de janeiro exibiram uma taxa de crescimento de 3,6% sobre a ocupação observada em janeiro de 2000, três meses depois este número já estava reduzido a 0,6%, mantendo-se nesse patamar, com algumas oscilações, até julho. A partir de agosto, contudo, a desaceleração da economia fez com que o mercado de trabalho passasse a mostrar níveis de ocupação até inferiores aos dos mesmos meses de 2000.

Setorialmente, apenas a indústria de transformação, entre os cinco setores que mais absorvem mão-de-obra, mostrou um compor-

GRÁFICO 1
BRASIL METROPOLITANO - NÍVEL DE OCUPAÇÃO (PME/IBGE) — 1998/2001



tamento semelhante ao verificado no agregado: pequena variação positiva na média anual (+0,5%) e queda na comparação ponta a ponta, entre os meses de dezembro de 2000 e 2001 (–0,6%). Dois setores tiveram um desempenho pior, com perda de postos de trabalho, tanto na média anual quanto na comparação dezembro/dezembro: construção civil (–3% e –6,8%, respectivamente) e comércio (–0,9% e –0,2%). Por seu turno, serviços (1,1% e 0,4%) e, principalmente, a administração pública (1,3% e 2,5%), setor cujo nível de emprego não é condicionado de forma tão direta pela dinâmica da atividade econômica, apresentaram desempenho superior.

Já no plano regional, as variações de comportamento são mais acentuadas. São Paulo se destacou como a região metropolitana com maior crescimento da ocupação média anual (1,6%), embora tenha encerrado o ano com uma queda de 0,5%, relativamente a dezembro de 2000. Por seu lado, a região metropolitana de Porto Alegre foi a única que conseguiu resultados positivos, embora modestos, tanto na média anual (0,9%) quanto na comparação dos meses de dezembro (0,2%), enquanto Salvador foi aquela onde esses números foram mais negativos: –1,5% e –3,9%, respectivamente.

Em termos das características dos trabalhadores ocupados, as transformações ocorridas em 2001 foram particularmente marcantes nas três dimensões que já tinham sido destaques ao longo de toda a década passada: queda absoluta do número de jovens até 18 anos, maior parcela de postos de trabalho ocupados por mulheres e, no que diz respeito à escolaridade, o acentuado declínio do número de pessoas com até quatro anos de estudo, numa ponta, e, na outra, o elevado crescimento verificado nas faixas de maior escolaridade.

Embora a diminuição do número de jovens ocupados no mercado de trabalho tenha sido expressiva em 2001, com uma queda de cerca de 15,2% na média anual e de 10,2% em dezembro (variação de 12 meses), e as diferenças de comportamento entre a ocupação de homens e mulheres também sejam dignas de nota — enquanto a mão-de-obra masculina diminuiu 0,7%, a feminina aumentou ligeiramente, comparando-se o mês de dezembro dos dois anos —, a escolaridade talvez seja, das três características, aquela que mereça ser mais ressaltada, haja vista o crescimento ocorrido na quantidade de pessoas ocupadas que possuem nove ou mais anos de estudo, num ano em que o desempenho do mercado de trabalho deixou muito a desejar.

A Tabela 1 permite avaliar a amplitude desse movimento, podendo-se perceber que as variações da média anual e do nível de ocupação no mês de dezembro são, não apenas positivas, nas faixas com 9 a 11 e 12 ou mais anos de escolaridade, como também significativamente elevadas, tornando muito forte o contraste com o ocorrido nas faixas de menor escolaridade e também, por conseqüência, com o desempenho do nível de ocupação total. Como em 2000 o mercado de trabalho dividia-se quase que meio a meio entre pessoas com até oito e pessoas com nove ou mais anos de estudo, esses resultados de 2001 praticamente inauguram a era em que a maioria da mão-de-obra metropolitana ocupada passa a ter pelo menos o ensino fundamental completo.

Quanto ao desemprego aberto, embora a taxa média anual de 2001, de 6,2%, tenha mostrado uma redução considerável (de quase 13%) em comparação à taxa observada em 2000 (que havia sido de 7,1%), isso não quer dizer, da mesma forma que no caso do nível de ocupação, que a situação seja mais favo-

TABELA 1
VARIAÇÃO DO NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR ESCOLARIDADE (%)

	ESCOLARIDADE (ANOS)				
	0-4	5-8	9-11	12 OU MAIS	TOTAL
MÉDIA ANUAL 2001/2000	-5,2	-1,0	4,6	3,8	0,6
DEZEMBRO 2001/DEZEMBRO 2000	-7,4	-0,6	3,2	3,0	-0,3

rável hoje do que há 12 meses. Considerando-se a evolução desse indicador mês a mês (Gráfico 2), percebe-se que houve, ao longo do ano, uma nítida inversão no comportamento da taxa de desemprego *vis-à-vis* o ano interior: após ter ficado quase dois pontos percentuais abaixo da marca de 2000 no mês de janeiro (5,7% e 7,6%, respectivamente), essa taxa encerrou o ano quase um ponto percentual acima da de dezembro de 2000 (5,6% e 4,8%, nesta ordem).

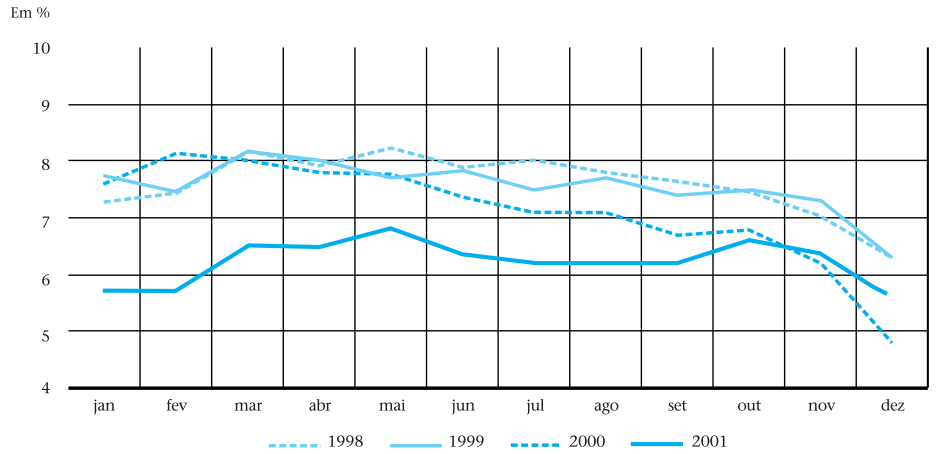
Além disso, a taxa de desemprego, vista isoladamente, não dá a noção exata das transformações operadas no mercado de trabalho, uma vez que ela resulta da interação da dinâmica da demanda com a da oferta de mão-de-obra, não obstante ela ser tomada — em geral — como se refletisse exclusivamente o comportamento da demanda: se a taxa de desemprego diminui, a causa seria o crescimento do número de pessoas empregadas e, se aumenta, a razão estaria na diminuição da ocupação.

Não compartilhando esse tipo de equívoco, percebe-se, analisando a evolução desses dois componentes em 2001, que a melhoria havida na média anual é explicada, em boa medida, pela queda na oferta (PEA), em função da saída — para a situação de inatividade — de um expressivo contingente de pessoas que se encontravam desempregadas, provocando uma diminuição da taxa de participação verificada em todas as regiões pesquisadas pela PME. Como se pode visualizar no Gráfico 3, essa diminuição da oferta levou a uma queda de –2,7% no total da taxa de participação média entre 2000 e 2001.

Em termos de resultados médios do ano, o destaque regional foi a acentuada queda verificada nas duas maiores regiões metropolitanas do país: as taxas de desemprego em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 2001, foram inferiores às de 2000 em –14,1% e –16,6%, respectivamente, só superadas pela redução verificada na taxa de desemprego de Porto Alegre (–23,6%). O desempenho observado na região metropolitana do Rio de Janeiro é ainda mais notável pelo fato de ela ser, de todas as regiões metropolitanas pesquisadas, a que apresenta a menor taxa de desemprego aberto (4,4% em 2001), embora o entendimento correto desse desempenho deva ser qualificado, conforme as considerações anteriores, pelo fato de a taxa de participação no Rio de Janeiro ser uma das mais baixas entre as regiões pesquisadas pela PME (52,9%), só sendo superior à de Recife (50,4%).

Desdobrando a taxa de desemprego por setor de atividade, constata-se que o setor que tem apresentado as maiores taxas nos dois últimos anos é a construção civil. Embora ainda elevada, 7,7% em 2001, a redução em relação a 2000 foi expressiva: –10,4%. Essa redução assemelha-se à verificada para a in-

GRÁFICO 2
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE DESEMPREGO (PME/IBGE) — 1998/2001



dústria de transformação (–10,6%) e comércio (–10,3%), sendo porém inferior à redução demonstrada na taxa de desemprego aberto média do setor de serviços, que foi de –15,2% (de 7,4% em 2000 para 6,3% em 2001). É importante frisar que os diversos setores têm pesos diferenciados na composição da taxa de desemprego agregada. O setor de serviços é o mais significativo na composição do desemprego total: representou aproximadamente 42,8% do número de desempregados em 2001, em média, enquanto a indústria de transformação e o comércio responderam, respectivamente, por 17,6% e 16,2% do desemprego, o que reflete, não apenas as respectivas taxas de desemprego, mas também o seu tamanho relativo na economia.

Ao lado do comportamento da ocupação e de seus desdobramentos sobre a taxa de desemprego, também o prosseguimento da trajetória de queda dos rendimentos médios reais, verificada em 2001, é motivo de preocupações. Além de já estar completando quatro anos, a sua intensidade aumentou no segundo semestre**:** em novembro, seu valor era 7,6% inferior ao verificado em novembro de 2000 e em torno de 16% menor do que em novembro de 1998, tendo os piores desempenhos ocorrido nas duas maiores regiões metropolitanas (Rio de Janeiro foi a região que apresentou a maior queda, –10%, seguida por São Paulo, com –8,2%).

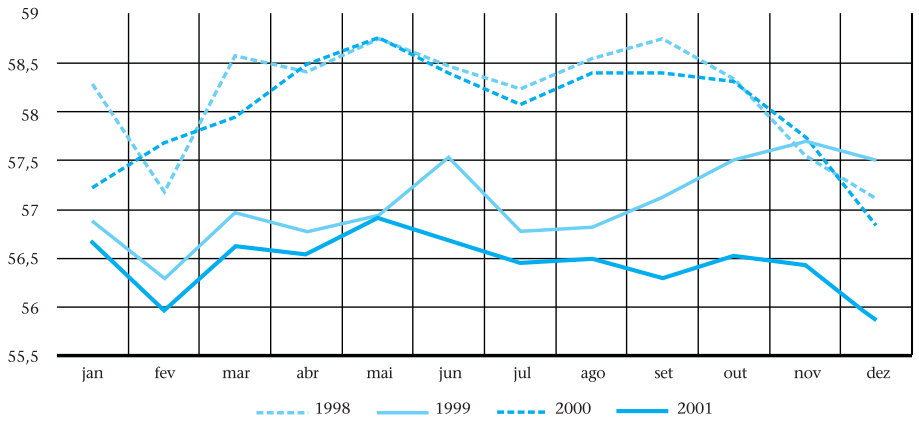
A combinação de estagnação na ocupação, vista anteriormente, com a queda dos rendimentos reais acarretou uma perda na massa de rendimentos, nas regiões metropolitanas cobertas pela PME, da ordem de 7,7%, nessa mesma comparação de 12 meses.

Em termos regionais, Rio de Janeiro e Salvador foram as regiões que apresentaram os maiores decréscimos na massa salarial, em percentuais de –11,1% e –11%, respectivamente. Belo Horizonte e Porto Alegre foram as que apresentaram as menores quedas (–4,9% e –5%, respectivamente), o que mostra que o decréscimo ocorreu em todas as regiões metropolitanas, embora em graus variados.

Apenas nos casos das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Salvador esse decréscimo é explicado por uma queda concomitante da renda média e da ocupação. Nas demais, a ocupação cresceu, embora tal crescimento tenha sido muito suave, quase uma estabilidade do indicador do que uma alteração de fato. Isso significa que o decréscimo da massa salarial deve ser atribuído, em grande medida, à queda da renda média nas regiões metropolitanas pesquisadas. Apenas no caso de Salvador boa parte da queda da massa salarial (–11%) pode ser atribuída a um decréscimo significativo na ocupação (–5%).

Um tal panorama reafirma a idéia da necessidade de uma retomada mais vigorosa da demanda por trabalho, sem a qual se torna difícil imaginar que os trabalhadores possam aumentar seu poder de barganha e lograr aumentos nos rendimentos médios reais,

GRÁFICO 3
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE PARTICIPAÇÃO (PME/IBGE) — 1998/2001



contribuindo também para o crescimento da massa salarial.

O recuo da informalidade em 2001

Se a desaceleração da economia em 2001 teve um impacto negativo no nível de ocupação, como visto antes, contribuindo adicionalmente para adiar ainda mais a recuperação dos rendimentos reais, suas repercussões sobre o processo de formalização do mercado de trabalho — que havia se iniciado nos últimos meses de 2000 — não foram tão nítidas. De fato, considerando-se o histórico da década passada, como a variação da ocupação anual média dos empregos com carteira assinada em 2000 já havia sido excepcional (2,2%), o crescimento de 3,7% verificado em 2001 — em todos os títulos extraordinários — pode dar a entender que, nesse aspecto, o mercado de trabalho não se teria ressentido dos impasses vividos pela economia.

Contudo, olhando-se a trajetória do número de vínculos formais ao longo de 2001, percebe-se que houve também um processo de esfriamento da dinâmica de crescimento dos empregos com carteira. Conforme pode ser visto na Tabela 2, que mostra as taxas de variação em 12 meses do número de trabalhadores com carteira assinada, o forte movimento observado no início do ano foi substituído, a partir do mês de abril, por uma tendência de queda quase monotônica até novembro, quando chegou a haver um ligeiro decréscimo.

Não é difícil entender tal redução das taxas de crescimento, ao longo do ano, haja vista, por um lado, a própria redução absoluta verificada no nível de ocupação a partir de agosto, conforme discutido anteriormente, e, por outro, o fato de os últimos meses de 2000 já terem apresentado uma significativa evolução dos empregos com carteira, fazendo com que a base de comparação, mais elevada, contribuísse para reduzir as variações ao final de 2001.

A grande questão que esses números colocam, para todos aqueles interessados em acompanhar e entender as dinâmicas do mercado de trabalho no Brasil, não diz respeito a essa redução. Ela se encontra, antes, no caráter inusitado da própria ocorrência desse crescimento, na contramão de tudo o que ocorreu ao longo da década passada.

TABELA 2
VARIAÇÃO EM 12 MESES DO EMPREGO COM CARTEIRA (%) — PME 2001/2000

	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VARIAÇÃO	5,0	6,0	5,6	6,0	4,7	4,0	4,2	3,9	3,2	1,5	-0,2	1,2

GRÁFICO 4
BRASIL METROPOLITANO - RENDA REAL MÉDIA (PME/IBGE) — 1998/2001

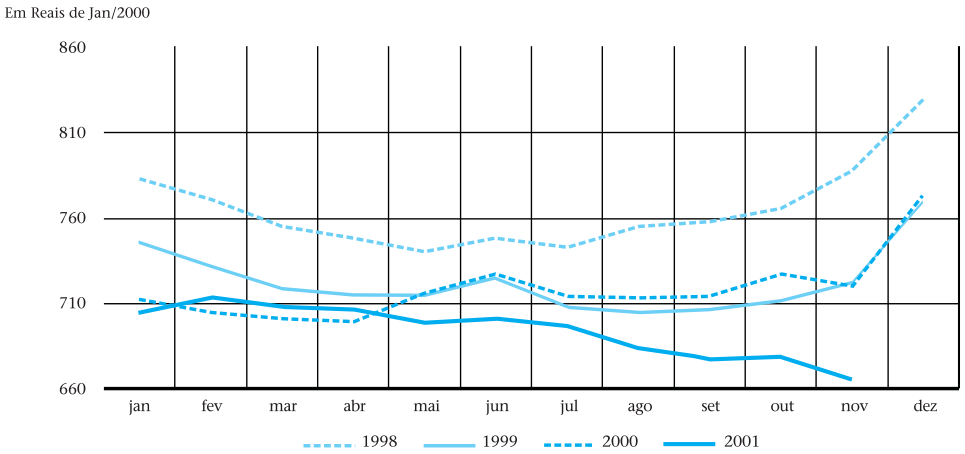


TABELA 3
GRAU DE FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO (%)

ANOS										
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
53,7	51,5	50,8	49,3	48,5	46,7	46,4	45,9	44,5	43,6	45,0

O que teria acontecido, a partir dos meses finais de 2000, para fazer com que o crescimento dos empregos com carteira passasse a ser maior do que aqueles verificados com os vínculos sem carteira e as ocupações por conta própria? O que teria permitido que esse processo prosseguisse em 2001, mesmo sem exibir a mesma firmeza mês a mês, a ponto de produzir, em termos da média anual, *pela primeira vez desde 1991*, um crescimento do grau de formalização[1] do mercado de trabalho, conforme mostra a Tabela 3?

A despeito de ainda não se ter respostas para essas perguntas, o que irá requerer um trabalho de pesquisa e revisão dos fatos e explicações anteriormente aceitas, algumas hipóteses merecem, desde já, ser levantadas, como forma de contribuir para uma discussão capaz de possibilitar um melhor entendimento das dinâmicas subjacentes aos fenômenos de formalização/informalização das relações de trabalho no Brasil.

Uma dessas possíveis explicações entende que o forte processo de reestruturação vivido pela economia a partir dos primeiros anos da década de 90 (particularmente na indústria de transformação), fator fundamental na eliminação de postos de trabalho formais, já teria se encerrado. Nesse sentido, no momento em que se experimenta uma nova fase de crescimento, viabilizada pela mudança do padrão cambial do início de 1999, esse crescimento teria de se dar com uma geração de empregos muito mais expressiva do que a ocorrida nas conjunturas favoráveis anteriores e, em termos do que aqui está sendo tratado, esses postos de trabalho seriam abertos nos setores e segmentos empresariais, que se caracterizariam por um grau maior de formalização das relações de trabalho.

Uma outra hipótese, não excludente em relação à anterior e que também merece ser considerada, diz respeito a um fator que geralmente não é valorizado nas explicações do fenômeno da informalização: o papel da fiscalização estatal no cumprimento das normas legais que regem as relações de trabalho. Normalmente, parte-se do suposto de que o vínculo informal só ocorre como forma de viabilizar empreendimentos cuja situação econômica não permitiria o pagamento dos custos associados à formalização e, nesses termos, haveria então uma disjuntiva entre formalização e oferta de empregos. Mas, embora isso possa ocorrer em muitos casos, pode também, por outro lado, ser muito significativo o número de situações em que a informalidade decorre de outro tipo de dificuldade que não a econômica (desinformação, incapacidade administrativa) ou, ainda, simplesmente, da vontade de burlar a lei.

Se esse número for realmente significativo, então há um espaço a ser ocupado, no debate, por uma discussão a respeito do desempenho do sistema de inspeção e fiscalização do trabalho e de como esse desempenho estaria a influenciar, ou não, a evolução dos indicadores de formalização. Nesse sentido, as implicações da trajetória desse sistema sobre o funcionamento do mercado de trabalho não podem ser ignoradas, tendo em vista, por um lado, o elevado grau de desarticulação por que passou nos primeiros anos da década passada, e, por outro, os esforços recentes de recomposição e desenvolvimento da sua capacidade de atuação.[2]

Com efeito, a partir da colocação em prática do Programa de Combate à Informalidade, por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do MTE — envolvendo a definição de estratégias e de metas de inspeção, atenção especial às atividades com bai-

1. Aqui entendido como a relação entre o número de empregos com carteira e o total da ocupação.

2. Veja, nesse aspecto, o artigo "Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho", de Vera Olímpia e Leonardo Rolim, no nº 14 deste Boletim, outubro de 2000.

xo grau de formalização, capacitação do pessoal, articulação institucional com outros atores, estatais e privados —, os números exibidos pela ação direta dos auditores fiscais do trabalho sofreram uma significativa mudança de patamar: enquanto a média anual de trabalhadores registrados por essa ação, no período 1996/99, foi de 275 mil, em 2000/01 ela sobe para cerca de 520 mil, o que significa um crescimento de quase 90%.

O fato de não haver estatísticas disponíveis para o início da década dificulta uma análise mais elaborada da correlação que a hipótese em questão pretende estabelecer, mas os dados relativos à evolução do número de registros desde 1996 são claramente de molde a estimular a realização de pesquisas detalhadas que propiciem uma referência quantitativa sólida a respeito do impacto da inspeção do trabalho, fator até hoje pouco valorizado nos estudos da informalidade.